

PERMANÊNCIA E ÊXITO DE MULHERES NA EJA-EPT: possibilidades e desafios do IFRS

Maria Cristina Caminha de Castilhos França ¹
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
<http://orcid.org/0000-0001-6234-7585>

Clarice Monteiro Escott ²
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
<http://orcid.org/0000-0001-9222-1430>

Lucília Machado ³
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
<https://orcid.org/0000-0001-9029-3019>

RESUMO:

O artigo resulta de uma pesquisa coordenada por docentes do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFRS) e discute a inclusão de mulheres em processo de retorno à vida escolar à luz do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (PEPE/IFRS). Com vistas à qualificação para a inserção no mercado de trabalho, a busca por melhores condições de vida e a expectativa de projetos de realização pessoal, o retorno aos bancos escolares não as exime de se depararem com as determinações sociais de gênero e os obstáculos decorrentes, que se reproduzem também no plano acadêmico. O propósito deste artigo é a análise das implicações das determinações sociais de gênero com respeito à permanência e êxito das estudantes, que retomam os estudos em cursos profissionais, especificamente, na modalidade EJA-EPT. Contudo, compreende-se indissociável refletir sobre a permanência sem identificar as causas da evasão, pensar sobre o êxito sem delinear os espaços escolares que sustentam a retenção e reconhecer que ambos, evasão e reprovação, são os pilares do fracasso escolar. Os dados que sustentam a referida análise estão disponíveis no Observatório de Permanência e Êxito do IFRS e, por meio dos indicadores classificados como fatores individuais, fatores internos à instituição, e os fatores externos à instituição tornam centrais as categorias de gênero e de classe, as quais refletem a profunda desigualdade social e de acesso aos bens sociais. Os resultados da análise acenam à necessidade de prevenção sobre os sinais de possíveis evasões e exigem estratégias que incidam sobre cada um dos fatores indicados e na complexidade que envolve a relação entre os fatores. As medidas devem ser capazes de viabilizarem a permanência das mulheres, considerando o contexto que compreende as condições socioeconômicas, horários incompatíveis de aulas e trabalho, dificuldades de aprendizagem, entre outros.

Palavras-chave: Acesso. Permanência e Êxito. Proeja/IFRS. Mulheres estudantes.

¹ Doutora em Antropologia Social (UFRGS). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Brasil. mcristina.franca@poa.ifrs.edu.br.

² Doutora em Educação (UFRGS). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica. Brasil. clarice.escott@poa.ifrs.edu.br.

³ Doutora em Educação (PUC-SP). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica. Brasil. lucilia.machado@poa.ifrs.edu.br.

PERMANENCE AND SUCCESS OF WOMEN IN EJA-EPT: possibilities and challenges of IFRS

ABSTRACT:

The article results from a research coordinated by professors of the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (ProfEPT/IFRS) and discusses the inclusion of women in the process of returning to school life in the light of the Strategic Plan for Permanence and Success of the Federal Institute of Rio Grande do Sul (PEPE/IFRS). With a view to qualifying for insertion in the labor market, the search for better living conditions and the expectation of projects of personal fulfillment, the return to school benches does not exempt them from facing the social determinations of gender and the resulting obstacles, that are also reproduced at the academic level. The purpose of this article is to analyze the implications of social gender determinations regarding the permanence and success of students, who resume their studies in professional courses, specifically, in the EJA-EPT modality. However, it is understood that it is not possible to reflect on permanence without identifying the causes of dropout, to think about success without outlining the school spaces that support retention and to recognize that both, dropout and failure, are the pillars of school failure. The data that support this analysis are available in the Observatory of Permanence and Success of the IFRS and, through the indicators, classified as individual factors, internal to the institution factors and external factors, the categories of gender and class become central and reflect the profound social inequality and access to social goods. The results of the analysis point to the need for prevention on the signs of possible evasions and require strategies that focus on each of the indicated factors and on the complexity involved in the relationship between the factors. The measures must be capable of enabling the permanence of women, considering the context that includes socioeconomic conditions, incompatible class and work schedules, learning difficulties, among others.

Keywords: Access. Permanence and Success. Proeja/IFRS. Student women.

PERMANENCIA Y ÉXITO DE MUJERES EN EJA-EPT: posibilidades y desafíos del IFRS

RESUMEN:

El artículo resulta de una investigación coordinada por docentes de la Maestría Profesional en Educación Profesional y Tecnológica (ProfEPT/IFRS) y discute la inclusión de mujeres en el proceso de reincorporación a la vida escolar a la luz del Plan Estratégico para la Permanencia y el Éxito del Instituto Federal de Rio Grande do Sul (PEPE/IFRS). Con miras a la calificación para la inserción en el mercado laboral, la búsqueda de mejores condiciones de vida y la expectativa de proyectos de realización personal, el regreso a las bancas escolares no las exime de enfrentar las determinaciones sociales de género y los obstáculos resultantes, que también se reproducen a nivel académico. El propósito de este artículo es analizar las implicaciones de las determinaciones sociales de género en la permanencia y el éxito de las estudiantes que retoman sus estudios en carreras profesionales, específicamente, en la modalidad EJA-EPT. Sin embargo, se entiende que no es posible reflexionar sobre la permanencia sin identificar las causas de la deserción, pensar sobre el éxito sin delinear los espacios escolares que sustentan la permanencia y reconocer que tanto la deserción como el fracaso son los pilares del fracaso escolar. Los datos que sustentan este análisis están disponibles en el Observatorio de Permanencia y Éxito del IFRS y, a través de los indicadores clasificados en factores individuales, factores internos a la institución y factores externos a la institución, hacen centrales las categorías de género y clase, las cuales

reflejan la profunda desigualdad social y el acceso a los bienes sociales. Los resultados del análisis apuntan a la necesidad de prevención sobre los indicios de posibles evasiones y exigen estrategias que se enfoquen en cada uno de los factores señalados y en la complejidad involucrada en la relación entre los factores. Las medidas deben ser capaces de posibilitar la permanencia de las mujeres, considerando el contexto que incluye condiciones socioeconómicas, horarios escolares y laborales incompatibles, dificultades de aprendizaje, entre otros.

Palabras clave: Acceso. Permanencia y Éxito. Proeja/IFRS. Mujeres estudiantes.

Introdução

Partimos da premissa de que assuntos, aqui incluindo queixas, dúvidas, perguntas, argumentos, incômodos, dilemas ou até mesmo desacordos e desavenças, relacionados às questões de gênero podem se intrometer e perturbar, em níveis e abrangências diferenciados, o contexto escolar, as possibilidades de permanência dos discentes e de seu êxito acadêmico.

Por conseguinte, é fundamental inteirar-se sobre como as instituições de educação profissional e tecnológica vêm se delineando como campo seja de reprodução dos mecanismos de discriminação e exclusão, especialmente das mulheres, ou como paradigmas para a contestação e impugnação desses expedientes.

Ferreira (2013) realizou investigação sobre a trajetória de vida e escolar do público feminino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos cursos técnicos de um Instituto Federal. Ouviu relatos de alunas sobre suas dificuldades, frustrações, desejos, satisfações e expectativas em relação aos cursos técnicos, à possibilidade de prosseguimento dos estudos e suas perspectivas em relação ao futuro profissional e, assim, se pronunciou:

Constatamos que essas educandas, além das dificuldades de aprendizagens pelo longo tempo fora da escola, pelas trajetórias de estudos descontínuos, pelas práticas pedagógicas e metodológicas inadequadas à especificidade desses sujeitos, entre outras questões, convivem também com outros obstáculos, tais como, dificuldades financeiras, pouco apoio familiar (oposição do pai, marido e filhos), relativo abandono do poder público no que diz respeito à falta de infraestrutura como creches e escolas no período integral para seus filhos/as e casa de assistência aos idosos. Esses últimos obstáculos, denominamos de determinações sociais das relações de gênero. (FERREIRA, 2013, p.2).

Vários são, portanto, os fatores constituintes dessa problemática acerca das adversidades que enfrentam as mulheres das camadas populares, desde sua infância até à idade adulta, para se escolarizarem e conseguir sua realização profissional porquanto vivem um conjunto de reveses causados por instabilidades, inconstâncias e imprevisibilidades.

Escolarização interrompida é mais um dos elementos a interferir e condicionar a situação de maior vulnerabilidade social e de trabalho em que essas mulheres se encontram, que ao retomarem a vida escolar não raro se deparam com embaraços e bloqueios decorrentes das determinações sociais de gênero, agora no plano acadêmico.

Daí a importância de se informar e de se dar a conhecer o que instituições escolares vêm enfrentando como desafios para implementar sua política de inclusão e promoção de sucesso educacional dirigida, especialmente, ao público feminino.

É com esse propósito que se apresentam as reflexões trazidas por este artigo. Ele se debruça sobre elementos da experiência institucional desenvolvida com base no Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), aprovado pela Resolução nº 64, de 23 de outubro de 2018, na sequência das deliberações do seu Conselho Superior. (IFRS, 2018a).

Intenções, desejos e ideias fazem parte desse plano, que em seu decurso tem encontrado possibilidades, mas também muitos contratempos. Um deles, de ordem conjuntural, expõe as mazelas da formação social e histórica brasileira, do modo como a sociedade está estruturada em seu arcabouço de instituições e práticas sistemáticas. Falamos da pandemia da Covid-19 e de como ela expôs o âmago da profunda desigualdade social constituída e constituinte das relações sociais e dos mecanismos de sua reprodução.

Os fatores que motivaram as alunas à interrupção escolar foram reforçados durante a pandemia, tal como as urgentes demandas do trabalho doméstico e das imposições do exercício da maternidade. Pais e maridos, também premidos pela instabilidade das relações de trabalho e pela crise econômica, interpelam as mulheres da família a contribuir com o aumento da renda familiar, desaprovando seu retorno escolar.

Mas, paradoxalmente, são as necessidades de inserção no mercado de trabalho e a busca de uma melhor qualidade de vida que as têm impulsionado a transgredir tais desautorizações. Entram também na conta das motivações para a volta para a escola e mesmo para nela permanecerem a necessidade de realizar sonhos e projetos de realização pessoal, para os quais algumas delas se animam com o apoio dos filhos.

Portanto, as mulheres da EJA, seja nas instituições de educação profissional ou nas demais de formação escolar, são estudantes que, a princípio, mostram ânimo, força de vontade e persistência para voltar à escola. Cabe, porém, ressaltar o que Ferreira (2013) encontrou em sua pesquisa com respeito ao esforço adicional que elas devem fazer para evidenciar, internamente, o merecimento à realização do curso em que se matricularam.

Segundo a autora, elas encontram no âmbito escolar dificuldades relacionadas às

determinações sociais de gênero, situações sutis de constrangimentos, descréditos em relação às suas capacidades, desestímulo e falta de respeito ao direito obtido com esse retorno. Elas continuam a enfrentar a difícil gestão da tripla e recorrente rotina imposta pelas demandas da família, do trabalho extra doméstico e do estudo.

Gênero, trabalho e educação

Scott (1995) lembra que, numa perspectiva política mais ampla, as pesquisadoras feministas interessadas na escrita de uma nova história sempre pleitearam a necessidade de fazê-la recorrendo-se às categorias de classe, raça e gênero, considerando ser tal procedimento imprescindível à compreensão da estrutura e sentidos vivenciados da opressão e de como se estabelecem e se organizam as desigualdades de poder.

Sobre a categoria gênero, especificamente, Scott afirma que “[...] seu uso implicou uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos” (1995, p.73), mas que essa categoria “[...] enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade.” (1995, p.76).

Para a autora, a desigualdade de gênero está em concordância com outras desigualdades, muito embora ainda perdurem análises em que prevalece o primado da diferença física. Seu interesse está em buscar explicações para as rotineiras, contumazes e habituais ausências de paridade entre as mulheres e os homens.

No intuito de descobrir o motivo pelo qual tais desconformidades se produzem, Scott (1995) propõe que se atente para os processos e a produção de significados, para a maneira como se articulam os sujeitos individuais e a organização social e como mudanças ocorrem. Com isso, seria possível depreender o poder nas marcas disseminadas pelas relações desiguais.

Scott (1995) considera gênero como um dos elementos formadores e reveladores das relações sociais, fundamental para se compreender a sociedade e a política, por permitir a interpretação das relações de poder e como esse é constituído e distribuído por meio do alcance desigual aos bens materiais e simbólicos.

Assim, diz a autora que gênero tem sua construção “[...] igualmente na economia e na organização política” (1995, p. 87) e que, embora ainda pouco estudada, pode-se observar a “[...] conexão entre os regimes autoritários e o controle das mulheres [...]” (1995, p. 90). Outras questões relativas ao tema ainda precisam ser melhor exploradas, segundo a autora, tais como:

Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder de Estado? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda

que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais? Para citar o título de um artigo recente da feminista francesa Luce Irigaray, o sujeito da ciência é sexuado? Qual é a relação entre a política estatal e a descoberta do crime de homossexualidade? Como as instituições sociais incorporaram o gênero nos seus pressupostos e nas suas organizações? Houve, em algum momento, conceitos de gênero verdadeiramente igualitários sobre os quais fossem projetados ou mesmo fundados sistemas políticos? (SCOTT, 1995, p. 93)

Para os propósitos do presente texto, que é a análise das implicações das determinações sociais de gênero com respeito à permanência e êxito das estudantes em cursos de educação profissional e tecnológica, é também fundamental considerar a situação diferenciada dos homens e mulheres no mundo do trabalho.

Entendemos, como bem expressou Scott (1995) que gênero não toca ser produto de um destino biológico, mas é antes uma construção social, de sorte que as relações sociais de sexo têm uma base material e se exprimem por meio da divisão sexual do trabalho. E se elas têm uma base material, a mudança das mentalidades não se fará espontaneamente, sem conexão com a alteração nas condições concretas.

É importante dizer que essa divisão de trabalho não se traduz simplesmente por uma complementaridade das atribuições, mas por uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Ela designa prioritariamente os homens para a esfera produtiva e as mulheres para a reprodutiva, conferindo às funções dos primeiros um forte valor social agregado, seja ele político, militar, científico ou profissional.

Essa divisão do trabalho se apoia no suposto de que há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e no princípio da hierarquização que diz que os primeiros valem mais. Essas noções têm sido aplicadas graças a um processo específico de legitimação que é a ideologia naturalista.

No entanto, as relações entre os sexos são construídas socialmente. Elas não são um dado rígido e imutável: um mesmo trabalho considerado especificamente feminino numa sociedade ou dentro de um ramo da economia pode ser considerado tipicamente masculino noutra sociedade ou noutra circunstância.

Falar em termos de divisão sexual do trabalho significa ir bem mais além do que a simples constatação das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Significa articular a descrição que se faz destas desigualdades com a reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação entre homens e mulheres para hierarquizar as atividades.

Esse não é meramente um debate teórico, é sobretudo político. Ou seja, possibilita ver e questionar ideias, fatos e práticas como o papel dessas relações na legitimação e cristalização

de determinadas relações de força e de poder. Assim, também se encontra e se faz a gestão da força de trabalho, sexualmente diferenciada.

Ela é também uma gestão diferenciada entre as mulheres, pois tem ocorrido uma espécie de dualização do trabalho feminino: de um lado, precarização e pobreza que atinge a maior parte e, de outro, uma minoria de mulheres em cargos mais elevados e em atividades valorizadas economicamente.

Logo, quando se diz sobre o trabalho feminino, é fundamental ver que as descrições das categorias socioprofissionais não são neutras, objetivas; são, ao contrário, sexuadas. O chamado trabalho de mulher tem sido definido em torno das qualidades naturais das mulheres, por sua vez, tomadas como inatas e não adquiridas e, por isso, não reconhecidas como qualificação. Elas dizem respeito ao saber-fazer (ter atenção ao detalhe, ter cuidado etc.) e ao saber-ser (ser paciente, generosa, discreta etc.).

Assim, as mulheres estão largamente representadas nos setores de serviço, no comércio e nos cuidados das pessoas. São secretárias, enfermeiras, assistentes sociais etc. Detalhe importante: as atividades consideradas femininas são menos valorizadas socialmente. E, algumas profissões, ao passarem pelo processo de feminização, tornam-se menos valorizadas.

Vale, aqui, registrar alguns pontos sobre o trabalho doméstico das mulheres, muito importantes para compreender a específica situação das alunas da EJA-EPT na sua busca de retorno à escola e de realização profissional. Esse trabalho, gratuitamente efetuado essencialmente pelas mulheres, raramente é analisado e tende à invisibilidade.

O trabalho doméstico das mulheres, sejam elas esposas, mães, filhas ou irmãs, se realiza mediante uma condição de disponibilidade permanente do tempo delas ao serviço da família. É um trabalho que determina a família como um lugar de exploração econômica das mulheres e que, ao ser analisado como um dos fundamentos da sociedade salarial, mostra a insuficiência das análises que se limitam a falar em termos de dupla jornada de trabalho, pois é preciso discutir sua legitimidade e sua importância econômica e social.

Quando se toma o trabalho extra doméstico das mulheres, vê-se o quanto elas habitam majoritariamente as estatísticas das chamadas “novas formas de emprego”: as terceirizações, o trabalho temporário, o trabalho em tempo parcial involuntário, os contratos por tempo determinado, o teletrabalho, os horários flexíveis. Aliás, a flexibilidade do trabalho tem mostrado seu caráter sexuado, pois a precarização tem atingido principalmente as mulheres.

A propósito, justificativas controversas têm sido apresentadas quando se propõem esses tipos de trabalho para as mulheres: a possibilidade de conciliação entre vida familiar e vida profissional e a ideia de que o salário feminino é complementar ao do homem.

Disso tudo resulta a produção da invisibilidade do trabalho feminino contra a qual se interpõem os esforços a favor da permanência e êxito das mulheres na educação profissional e tecnológica, sobretudo quando integrada à educação de jovens e adultos, empenhos que também significam dar crédito à importância do trabalho das mulheres.

É preciso conquistar sobretudo outro tipo de valorização do trabalho feminino, para além daquele enfoque tradicional de registro do valor econômico do trabalho doméstico, do peso da contribuição das mulheres para a economia informal e a agricultura familiar, do destaque à capacidade feminina de resistência face às crises econômicas, do sucesso das mulheres como chefes de família. Em todas essas situações, na grande maioria dos casos, o que está sendo valorizado, na verdade, é um trabalho feminino subqualificado, mal remunerado, a economia da sobrevivência.

Porém, buscar um outro lugar para as mulheres no mundo do trabalho significa lutar para criar um outro mundo de trabalho, sem exploração e sem opressão, sem a dominação masculina. Um importante passo nessa direção é o investimento na educação da mulher, sua qualificação científica, técnica e tecnológica, condição, inclusive, para a instauração de outras bases materiais de desenvolvimento da sociedade.

Permanência e êxito na EPT: conceitos e proposições

A legislação brasileira contempla a educação como um dos direitos sociais, que compreende um número expressivo de leis, desde a Constituição Federal, com a intenção de assegurar ações específicas que contribuam para o processo formativo dos indivíduos nos diferentes espaços da vida social: na família, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos e organizações sociais, nas expressões culturais e nas relações sociais de modo geral.

No entanto, os indicadores educacionais revelam as profundas desigualdades sociais que estruturam historicamente a sociedade brasileira, evidenciadas nas oportunidades de acesso ao ensino e em decorrência, as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes. O desafio tem início no entendimento de que as políticas voltadas à educação compreendem categorias genéricas e que conciliá-las com as necessidades específicas de grupos étnicos, de gênero, de classe, implica na construção de uma cidadania participativa que “[...] sugere a ideia de descentralização do poder estatal [...] que tenha como ponto de chegada a igualdade como

direito universal e como ponto de partida as diferenças socioculturais, sobre as quais se assentam as desigualdades” (CAPELO, 2003, p. 119).

A proposta desta comunicação visa abordar a categoria gênero, em especial a partir dos dados institucionais referentes às estudantes mulheres que frequentam/frequentaram o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)⁴ no IFRS, analisados à luz do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (PEPE/IFRS). No texto do referido Plano “[...] o fracasso escolar não está relacionado às características individuais dos estudantes e de suas famílias; ele é resultado da maneira como a escola recebe e exerce ação sobre os sujeitos oriundos de diferentes categorias ou classes da sociedade”. (IFRS, 2018b, p.14).

Observa-se, dessa forma, que a diversidade sociocultural é central na compreensão da complexidade a ser abordada e que os procedimentos homogeneizadores e excludentes devem ser revistos em direção ao reconhecimento da pluralidade de saberes e valores culturais importantes para a reescrita de novas alternativas de produção de conhecimento sustentadas pela alteridade.

Para a compreensão do processo e da adoção de medidas de contenção ao abandono escolar é importante trazer como se chega ao PEPE/IFRS. A mobilização institucional para esse processo inicia-se no ano de 2013 a partir do Acórdão 506 do Tribunal de Contas da União (TCU), fruto de auditoria na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), com foco direto nos 38 Institutos Federais (IF). O Acórdão trouxe à tona o alto índice de evasão na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT). Com base nos levantamentos decorrentes, a SETEC/MEC emitiu o Documento Orientador para a superação da evasão e retenção da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com o intuito de subsidiar o desenvolvimento de ações como possibilidade aos estudantes de alcançarem sucesso na formação acadêmica e profissional, cujo objetivo era o de garantir condições de permanência e êxito aos mesmos.

⁴ Neste artigo optamos por utilizar duas nomenclaturas que se referem à mesma modalidade de oferta - EJA-EPT e Proeja. O termo “Proeja” consta dos documentos institucionais do IFRS e o utilizamos quando nos referimos a eles. O Proeja deixou de existir como programa de uma política governamental de âmbito federal, embora o termo continue sendo utilizado pelos Institutos Federais. A expressão EJA-EPT tem um significado mais amplo do que o de Programa, pois se refere à necessária articulação entre essas formas de oferta educacional e a utilizamos para nos reportarmos a ela.

O documento traz a caracterização da evasão⁵ e medidas para reduzi-la, com base inicial na teoria desenvolvida por Tinto (1975) e apontada no Documento Orientador, a qual privilegia “[...] a falta de integração com o ambiente acadêmico e social da instituição, sendo esta integração influenciada pelas características individuais, pelas expectativas para a carreira ou curso e, por último, pelas intenções/objetivos e compromissos assumidos antes do início do curso”. (BRASIL, 2014, p.15). Ou seja, o autor propõe que as motivações à evasão estão centradas nos indivíduos e favorecidas pela omissão institucional na promoção da integração acadêmica nas suas múltiplas dimensões.

Algumas proposições....

Refletir sobre a evasão, enquanto uma diversidade de situações possíveis, a busca pelas suas causas é “[...] a chave para encontrar soluções para o problema”, segundo Rumberger (2004). Contudo, compreende-se que a complexidade do tema reflete os inúmeros fatores que comporta o processo de evasão. O autor, nessa esteira, identifica nesse contexto: a) a perspectiva individual, ou seja, trata do estudante e das condições⁶ do seu percurso escolar; b) a perspectiva institucional, a qual considera os meios de convívio do estudante - o familiar, da escola, da comunidade e os grupos de amigos. Com relação ao âmbito individual, Rumberger (2004) aponta a forma como o estudante se relaciona com a vida escolar – os engajamentos (valores, comportamentos e atitudes) a duas dimensões específicas: ao pertencimento acadêmico e a sua interação com as aprendizagens propostas; e ao pertencimento social ou de convivência com outros agentes – colegas, professores e outros membros da comunidade escolar.

O Plano Estratégico de Permanência e Êxito teve como aporte teórico central a teoria da reprodução de Pierre Bourdieu. Ainda que tenha sido acrescentada a crítica à obra, quando esta traz as dimensões: capital cultural, a trajetória familiar e o *habitus* de classe como fatores determinantes para a reprodução das desigualdades sociais no sistema educacional,

⁵ A “evasão escolar se caracteriza como um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal ligado a fatores pessoais, sociais e institucionais” (DORE et al., 2013) e ocorre quando o estudante desiste de continuar os estudos ou, mesmo que temporariamente, desiste da sua formação acadêmica.

⁶ A socialização, neste sentido, corresponderia “[...] ao conjunto de mecanismos pelos quais os indivíduos realizam a aprendizagem das relações sociais entre homens e assimilam as normas, valores e as crenças de uma sociedade ou de uma coletividade” (BONNEWITZ, 2003, p. 76) e ela acontece tanto no âmbito mais privado da vida dos agentes, como na estrutura familiar, quanto nas instituições sociais, como a escola.

compreende-se que a complexidade do tema vai além dessas disposições. Ou seja, a teoria tem como base a realidade social da sociedade francesa e é de suma importância sublinhar que na sociedade brasileira as desigualdades sociais são determinadas para além das estruturas de classe. Uma outra questão é a de que a exclusividade à teoria bourdieusiana fragilizaria o desenvolvimento de metas e estratégias, uma vez que esta acena consubstancialmente para fatores exteriores aos processos que contribuem para o fracasso escolar. Desse modo, o PEPE/IFRS adotou como parâmetro de análise de dados os fatores indicados pelo Documento Orientador, distribuídos nas seguintes categorias motivadoras de evasão e de retenção/reprovação⁷, adaptados ao que preconizam Polydoro (2000) e Dore e Lüscher (2011).

a) fatores individuais dos estudantes: necessidade de trabalhar, formação precária no ensino fundamental, repetência ou desempenho acadêmico insuficiente, possuir baixa aspiração educacional e ocupacional que resultam em excesso de faltas, comportamentos inadequados ao espaço acadêmico e a gestação não planejada;

b) fatores internos à instituição: currículo, carga horária, horários e expectativas frustradas com relação ao curso, a rede de relacionamento com colegas ou professores que traduz o grau de engajamento social e acadêmico do estudante.

c) fatores externos à instituição: distância entre casa/instituição e a falta de transporte; incompatibilidade de horário entre trabalho e estudos, segurança pública etc.

Por sua vez, pensar sobre o êxito remete considerar as causas do fracasso escolar e, com base nos dados, criar estratégias de prevenção. Os conceitos que envolvem a reprovação/retenção também foram construídos historicamente e assumiram diferentes perfis. Considera-se imprescindível compreendê-los enquanto parte significativa do processo de permanência e êxito escolar. Nesse sentido, adota-se os conceitos em Gil, que indicam:

A reprovação corresponde ao resultado nos exames ou nas avaliações finais que indica que o aluno não teve o desempenho mínimo estabelecido como desejável. A retenção é decorrência dessa reprovação, visto que determina, assumido o modelo de escola seriada, a impossibilidade de o aluno seguir no fluxo normal de uma série a outra. Já a repetência aponta para o fenômeno da permanência na escola dos alunos retidos em determinada série, que vão se submeter a cursá-la novamente. (GIL, 2015, p. 3).

⁷ Junta-se o fato de que a escola assume discursivamente o papel de veículo de mobilidade social e que, na prática, está na posição eficiente de conservação social ao transparecer legítimas as desigualdades sociais, naturalizadas pela narrativa hegemônica da cultura dominante. Agrega-se a isso o fato de atribuição aos estudantes do aspecto meritocrático individual do sucesso ou insucesso escolar que, em síntese, denota a reprodução social enquanto instrumento a serviço da manutenção da ordem já determinada nas relações de dominação e nos privilégios dirigidos a uma parcela dos estudantes das camadas altas da sociedade.

Os estudos apontam que a perspectiva de adoção de estratégias, com vistas a promover condições possíveis à permanência e ao sucesso escolar dos estudantes, é a identificação antecipada sobre os sinais e indícios que são expressos como situação de risco. À importância de desenvolver instrumentos adequados, com base nas respostas ao problema da evasão, Dore e Lüscher (2011) destacam três fatores importantes à prevenção:

- a) O sistema de ensino deve assegurar a diversidade de escolhas à população, atendendo ao desejo desta ou às suas necessidades que a fazem retornar à formação;
- b) As instituições escolares devem buscar soluções para os problemas que estão ao seu alcance e sob sua responsabilidade;
- c) O sistema produtivo deve estimular a ampliação dos processos formativos dos jovens.

As autoras ainda abordam a evasão no ensino técnico que apresenta um alto índice e trazem à tona aspectos que remetem à dualidade estrutural: de um lado a formação geral com vistas à continuidade dos estudos no ensino superior; e, de outro lado, a formação profissional com a finalidade de inserção no mercado de trabalho. A modalidade integrada é pouco referenciada por elas uma vez que era recente no cenário educacional à época do artigo em questão.

Desta maneira, com as precariedades das classes menos favorecidas, relacionadas principalmente no que se refere à posse de bens culturais e econômicos exigidos pelos processos escolares, percebemos que a problemática se encontra não somente na limitação das possibilidades de acesso à escolarização, mas esta também se manifesta na forma como os agentes lidam com essa forma de exclusão a partir da sua posição social. Os estudantes das classes dominadas não apenas são social e institucionalmente desfavorecidos nas suas trajetórias, como também todas as manifestações dessa condição nas suas vidas os fazem acreditar que essa situação é naturalmente destinada.

Permanência e êxito das mulheres na EJA-EPT do IFRS

Neste espaço analisaremos os dados divulgados pelo Observatório de Permanência e Êxito⁸, criado em setembro de 2018, como uma das ações da Diretoria de Assuntos Estudantis, vinculada à Pró-reitoria de Ensino do IFRS. O objetivo é disponibilizar indicadores de

⁸ <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Publica%C3%A7%C3%A3o-Question%C3%A1rio-Discente-do-IFRS-2019-1.pdf>

monitoramento do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFRS, além de análises, acervo de estudos, vídeos e informações sobre a realidade educacional do IFRS de forma a subsidiar gestores, educadores, pesquisadores e população em geral em relação ao andamento das ações institucionais relativas a esse tema. Para este artigo, utilizamos as informações gerais dos estudantes do IFRS a partir da aplicação do Diagnóstico Discente realizado em 2019/01, uma vez que, com a pandemia de Covid-19, a coleta de informações junto aos estudantes ficou prejudicada, não atingindo um número expressivo de estudantes.

Como forma de refletir sobre a permanência e êxito, buscaremos analisar os indicadores conforme a classificação de Polydoro (2000) e Dore e Lüscher (2011) já analisada anteriormente e que apontam que a permanência e êxito dos estudantes depende de múltiplos fatores, classificados como individuais, internos à instituição, e os externos a ela. Tomando por base os dados disponíveis no Observatório de Permanência e Êxito do IFRS, para este artigo, concentraremos a análise, portanto, nos fatores individuais das estudantes mulheres do Proeja e nos externos à instituição⁹. Os fatores internos à instituição se reportam ao Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRS e serão objeto das considerações finais deste artigo.

Assim, a análise foca, especificamente, nas mulheres estudantes do Proeja do IFRS, buscando identificar quais são os fatores individuais e externos à instituição que podem se constituir como possibilidades de permanência e êxito dessas mulheres ou, representarem desafios à instituição, implicando em criação de novas estratégias para evitar a evasão e o insucesso escolar.

O Proeja ocorre em oito *campi*¹⁰ do IFRS, sendo que a quase a totalidade dos cursos do Proeja ocorrem no turno da noite. Os cursos técnicos ofertados, integrados à EJA são: Técnico em Administração, Técnico em Agroecologia, Técnico em Comércio, Técnico em Cuidados de Idosos, Técnico em Manutenção e Suporte de Informática, Técnico em Recursos Humanos e Técnico em Refrigeração e Climatização. Segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha¹¹, em 2019 o IFRS tinha 800 estudantes matriculados no Proeja, sendo 503 mulheres

⁹ É importante ressaltar que as autoras trazem para a análise apresentada neste artigo os dados e seus percentuais mais significativos para a discussão sobre a permanência e êxito das estudantes mulheres do Proeja IFRS e sua relação com o respectivo Plano Estratégico.

¹⁰ Campus Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande, Rolante e Sertão.

¹¹ Plataforma Nilo Peçanha: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>

e 297 homens. Esses dados revelam que as mulheres são a maioria de estudantes do Proeja no IFRS, totalizando 56% dos matriculados.

Segundo os dados do Observatório de Permanência e Êxito do IFRS disponibilizados, o formulário do Diagnóstico Discente 2019/1 foi respondido por 84 estudantes mulheres da modalidade em questão, os quais passam a ser analisados.

Fatores individuais

A maior concentração de estudantes femininas se encontra na faixa etária de 18 a 22 anos, seguida pelas faixas etárias de 38 a 42 anos e 33 a 37 anos, o que indica que a procura pelo Proeja é por um público de jovens mulheres.

A maioria das estudantes se autodeclara branca (63,1%). As estudantes que se autodeclararam pretas ou pardas representam 28,6%. O IFRS tinha, neste período, uma estudante autodeclarada indígena. Tais dados podem indicar que a população de mulheres negras, historicamente excluídas da educação formal, ainda não tem o acesso ampliado à educação formal e à EPT, em particular no contexto do IFRS.

Em relação ao estado civil, a maioria, 58,3% do total de estudantes é solteira. Ainda, 19% se declaram em união estável e 16,7% casadas, 6% declaram ser separadas ou divorciadas ou viúvas. Tais dados podem revelar a dificuldade social enfrentada por mulheres cujo marido ou companheiro não permitem que a esposa ou companheira siga seus estudos.

Em relação à moradia, 89,3% moram na zona urbana, o que pode indicar que, embora o IFRS tenha boa parte de seus *campi* interiorizados e em zonas rurais, as mulheres dessas últimas ainda não têm amplo acesso ao Proeja.

Quanto à modalidade de acesso, 34,5% das estudantes respondentes que ingressaram no Proeja pela cota de baixa renda, 33,3% o fizeram pelo acesso universal, 26,2% pela cota de egresso de escola pública, sendo que 6% ingressaram por cota PPI e PCD. O alto índice de ingresso pelo acesso universal pode indicar que essas mulheres não conhecem ou não exercem seus direitos quanto às políticas de ingresso. No entanto, em relação ao maior percentual de mulheres correspondente ao ingresso pela cota de baixa renda, pode-se inferir a importância desta política pública para a inclusão de estudantes mulheres na educação profissional.

Cabe destacar que desde o ano de 2017, o IFRS conta com a Política de Ingresso Discente (IFRS, 2018c) que prevê processo seletivo diferenciado para o Proeja. A referida Política prevê que o processo de ingresso nos Cursos de Ensino Técnico de Nível Médio Integrado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos terá início com o preenchimento de formulário de inscrição pelo(a) candidato(a). Posteriormente o(a) candidato(a) deverá participar

de palestra informativa sobre o curso pretendido, além de entregar a documentação necessária especificada em edital. Além disso, o(a) candidato(a) deverá elaborar uma carta de intenções e/ou realizar uma entrevista individual. A totalidade dos(as) candidatos(as) é isenta da taxa de inscrição ao Processo Seletivo Unificado para ingresso nos cursos do Proeja. Outra medida prevista na Política para fomentar o ingresso nos cursos do Proeja corresponde à definição de critérios de reparação das perdas dos direitos ao acesso à educação como idade, tempo de afastamento da escola, dentre outros.

O cenário em relação à moradia das estudantes do Proeja do IFRS se apresenta bastante diverso, uma vez que 34,5% das estudantes declaram morar em residência própria, 22,6% declaram morar em residência cedida ou emprestada, 15,5% moram em residência alugada formalmente, 7,1% residem em domicílio alugado informalmente, 10,7% declaram morar em residência em financiamento, 2,4% residem em residência caracterizada como irregular (sem registro ou ocupação). Nesse contexto que aponta situações diversas de moradia, também o número dos cômodos assim se apresenta: 27,4% das estudantes declaram residir em moradias de 6 ou mais cômodos; igualmente, 27,4% referem morar em residências de 5 cômodos; 23,8% declaram que sua moradia tem 4 cômodos; e, 13,1% das residências têm 3 cômodos. As estudantes cujas moradias têm 1 e 2 cômodos representam 3,6% das respostas.

As estudantes do Proeja do IFRS também responderam sobre o número de pessoas que residiam na sua moradia. Dessas, 26,2% responderam que, na sua moradia, residiam 3 pessoas, seguidas por 21,4% com 2 pessoas. O número de 1 e 5 pessoas que moravam na mesma residência representavam o mesmo índice de 11,9%. Ainda, 9,5% das estudantes indicaram que, em suas moradias, residiam 6 pessoas.

Da mesma forma, é diversa a constituição familiar daquelas que residem no mesmo domicílio. As estudantes declaram que 27,4% de sua família constituem-se por companheiro/a e filhos; 22,6% referem residir com os filhos; 7,1% referem residir com o companheiro. Com índice em torno de 10% aparecem várias declarações como residir com mãe; mãe, companheiro e filhos; mãe, companheiro e irmãos; mãe, irmãos e filhos; mãe e filhos, mãe e irmãos; irmãos, filhos e sobrinhos, filhos e prima, filhos, neto e genro; companheiro, sogro e sogra; companheiro, filhos e netos; avó paterna e tio; mãe, irmãos e tio; e, mãe, irmãos, filhos, sobrinha e sobrinhos. Dessas, 58,3% declaram que são responsáveis pelos cuidados de irmãos ou outros parentes menores de idade.

Os dados acima expostos sobre moradia, número de residentes nos domicílios e constituição familiar, podem contribuir para a análise das dificuldades socioeconômicas expressas pelas estudantes mulheres do Proeja do IFRS. O tipo de moradia e a quantidade de

pessoas morando no mesmo domicílio denota, preliminarmente, as condições socioeconômicas das estudantes, indicando que as mesmas são oriundas das camadas populares. No entanto, se faz necessário que a instituição amplie os dados de investigação para uma análise mais aprofundada de forma a verificar o impacto dessas condições na trajetória escolar dessas mulheres.

Importante destacar que 70,2% declararam ter filhos. Dessas, para comparecerem às aulas, 62,5% declaram que deixam os filhos aos cuidados de familiares; 23,2% deixam o(s) filho(s) sozinho(s) em casa; e, 14,3% confiam os filhos à creche/escola ou babá. Tais dados corroboram a análise realizada acima em relação ao pertencimento das estudantes às camadas populares. Dispor de uma rede de apoio para os cuidados com os filhos é bastante característico das classes populares, uma vez que lhes faltam recursos para custear espaços de educação privados.

Às vésperas de enfrentarmos a pandemia de Covid-19, desencadeando um cenário de ensino remoto sem precedentes, 57,1% afirmaram não ter computador em casa. Apesar disso, 75% declaram ter acesso à internet em casa, o que leva à hipótese de que essas estudantes se utilizam da internet por meio do celular. A dificuldade de acesso à internet pode remeter a dificuldades em realizar tarefas e pesquisas, acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pelos docentes do IFRS para as aulas presenciais e remotas e, muito especialmente, ao acesso ao ensino remoto durante a pandemia. Neste sentido, é preciso destacar que, durante esse período de suspensão das atividades presenciais, o IFRS publicou edital emergencial¹² para o cadastro de estudantes que necessitassem de Auxílio Inclusão Digital para manutenção da vinculação acadêmica, possibilitando o acesso à comunicação, orientação e realização de atividades pedagógicas não presenciais no período de isolamento social. O Auxílio Inclusão Digital objetivava dar suporte aos estudantes do IFRS para o desenvolvimento das atividades pedagógicas não presenciais, proporcionando inclusão digital a partir de duas modalidades de auxílio: acesso à internet e acesso a equipamento. A modalidade de auxílio para acesso à internet foi subdividida em duas categorias, seguindo a ordem de prioridade para concessão do auxílio, a saber: a) Programa Alunos Conectados, com a entrega ao estudante de um *chip* com pacote de dados para acesso à internet. b) Auxílio Financeiro do IFRS, pelo qual o estudante receberá recursos financeiros para aquisição de plano de internet ou de dados móveis, com necessidade de prestação de contas. Se faz necessário, ainda, uma avaliação sobre a efetiva

¹² Edital nº 44/2020 – Edital Complementar para cadastro de estudantes que necessitam de auxílio inclusão digital. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/Edital-Complementar-Auxilio-Inclusao-Digital-IFRS-1.pdf>.

contribuição dessa ação aos estudantes que apresentaram dificuldades de acesso à internet antes, durante e depois da pandemia, identificando a necessidade ou não da continuidade desse auxílio e das condições de orçamento do IFRS para tanto.

Em 2019, antes da pandemia, 56% das estudantes declararam estar trabalhando, sendo que, dessas, 45,1% tinham carteira assinada; com estágio e bolsa, assim como trabalho autônomo figuravam 19,6% das estudantes; no trabalho informal encontravam-se 11,8%; e, apenas 6,2% eram servidoras públicas. Sabe-se que esse cenário foi alterado com o aumento dos índices de desemprego ao longo da pandemia. Essa questão específica vai requerer do IFRS um diagnóstico pontual da atual situação das estudantes mulheres do Proeja em relação às suas condições de trabalho.

Em relação à renda, 27,5% das estudantes declaram ser as únicas integrantes da família a ter atividade remunerada, seguida pelo mesmo índice de 11,3% que declararam que a renda da família era apropriada pela estudante juntamente com o companheiro ou apenas pelo companheiro. Muitas são as composições de renda familiar juntamente com outra pessoa ou exclusivamente por algum familiar e que representam, igualmente o índice de 1,3%. Neste cenário de renda familiar, 42,9% das estudantes declararam que são as principais responsáveis pela manutenção financeira da família, 15,5% afirmaram que o fazem juntamente com o companheiro e, 13,1% referem que o companheiro é o principal responsável por essa manutenção. Ainda, somam-se em 9,6% as outras associações com familiares como pai, mãe, avó e irmãos. Também são citados outros membros da família como pai, mãe, avó e tio como únicos responsáveis pela manutenção financeira da família. Nesse contexto, 39,5% das estudantes declaram que a renda familiar se encontra na faixa entre 999,00 e 1.479,00, seguido pelo percentual de 34,6% cuja renda familiar é de até 999,00. Dessas, 17,9% referiram receber bolsa-família. Do total de estudantes mulheres do Proeja, 86,9% recebem auxílio estudantil por meio da Política de Assistência Estudantil do IFRS. O salário mínimo em 2019 era de R\$ 998,00, o que aponta a importância da complementação da renda com o auxílio estudantil, reforçando a importância dessa política no IFRS, bem como do agora extinto bolsa-família. Nesse mesmo contexto relativo à remuneração, cabe citar que 37% das respondentes afirmaram ter exercido atividades remuneradas enquanto cursavam o ensino fundamental. Tais dados corroboram a análise realizada acima relativa ao pertencimento dessas estudantes às classes populares.

Por fim, no que se refere à relação das estudantes mulheres com o curso escolhido, 83% disseram que o mesmo atende às expectativas que possuíam antes de ingressar, se identificando com a área de estudo.

Fatores externos

Alguns dados disponíveis no Observatório de Permanência e Êxito contribuem para a análise dos fatores externos no contexto da temática em foco.

Em relação à trajetória escolar, 64,3% das estudantes mulheres cursaram o ensino fundamental em escola municipal e 27,4% em escola estadual, o que demonstra que a grande maioria das estudantes mulheres é oriunda de escolas públicas.

No entanto, a trajetória das estudantes mulheres do Proeja IFRS não seguiu uma sequência regular, pelo menos entre as etapas da educação básica. Um quarto das estudantes respondentes, 25%, informou ter ficado fora da escola por mais de 15 anos. O período de afastamento da escola de 4 a 10 anos, também apresenta um índice aproximado, 21,4% das estudantes, seguido de 13,1% de estudantes que ficaram longe dos bancos escolares por um período entre 10 a 15 anos. Certamente, essa é uma questão que merece atenção da instituição no sentido de acolhimento e apoio à adaptação das mesmas às atividades e desempenho escolar.

Em relação às expectativas do curso ao qual estão matriculadas, 57,1% informam que esperam conseguir melhor colocação no mercado de trabalho, 25% dizem querer adquirir novos conhecimentos e, 16,7% pretendem se aperfeiçoar profissionalmente.

Grande parte das estudantes, 47,2%, indica que, além da aula, trabalha mais de 4 horas, mas que consegue conciliar os horários. No entanto, 18,9% apontam que o horário da aula coincide com o de trabalho. Essa última situação é um fator de grande risco para o abandono do curso.

A grande maioria, 66,7%, acessa o campus utilizando transporte público, especificamente, ônibus. A maior dificuldade diária apontada pelas estudantes refere-se aos custos das passagens, seguida por não ter transporte público disponível para acesso ao *campus*, além do tempo de espera do coletivo. No entanto, 21,4% das estudantes indicam que não encontram dificuldade alguma para acessar o seu *campus*. Apenas 4,8% das estudantes referem ter dificuldades em relação ao tempo da viagem. As dificuldades enfrentadas com transporte público é um dos fatores que tende a interferir na permanência ou não das estudantes na instituição e requer da gestão institucional um esforço de articulação com as empresas de transporte e poder público de forma a atender as necessidades desse público específico.

Considerações finais

O Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFRS se configura como base para mapear as possibilidades que a instituição apresenta para a manutenção e sucesso de seus estudantes, especialmente as mulheres, alunas do Proeja. As metas definidas no documento oferecem referências a respeito do atendimento aos fatores individuais e externos analisados anteriormente e se constituem como base para se pensar o tratamento dado aos fatores internos institucionais implicados nessa problemática.

Esse plano objetiva “[...] determinar medidas estratégicas que favoreçam o alcance de metas para a permanência e o êxito no processo de formação integral dos estudantes do IFRS” e se propõe a acompanhar o desenvolvimento das ações propostas e a avaliar os resultados com vistas ao seu aprimoramento. (IFRS, 2018b, p. 49).

A definição das metas qualitativas tomou por base as principais causas elencadas no diagnóstico realizado pela comissão que elaborou o documento. A cada meta correspondem propostas de ações, com prazos determinados e definição do agente responsável por sua execução. É preciso destacar que as metas e ações são gerais para a instituição, não especificando modalidade de ensino e tampouco *campus*. As especificidades deverão ser objeto de elaboração de um Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos estudantes por *campus*. Contudo, consideramos pertinente que o IFRS dê realce às determinações de gênero envolvidas nos desafios propostos ao enfrentamento.

Isso significa inserir as questões de gênero em cada uma das suas metas, a saber: na Construção do Programa Institucional de Formação Continuada para Servidores (Docentes e Técnicos Administrativos) com foco na Permanência e Êxito (primeira meta), no Acompanhamento com equipe multidisciplinar e multiprofissional (segunda meta), na Instituição de Diretrizes de Comunicação e Eventos (terceira meta), no Monitoramento, avaliação e acompanhamento dos cursos do IFRS (quarta meta), no Desenvolvimento de Programas Institucionais com ações coordenadas pelas Pró-Reitorias (quinta meta), na Articulação Institucional interna e externa visando minimizar fatores estruturais que contribuem com a evasão (sexta meta) e na Criação do Observatório de Permanência e Êxito de estudantes no IFRS (sétima meta).

Este artigo muito se beneficiou com os resultados obtidos por meio do levantamento realizado por esse Observatório, que tem como propósitos, dentre outros, o de acolher projetos de ensino, pesquisa e extensão que tratem de temas relativos à permanência e êxito dos estudantes do IFRS; a realização de Seminário Bidual de análise dos dados e planejamento de ações para o combate à evasão e retenção e a sistematização de indicadores qualitativos e quantitativos de Permanência e Êxito por curso.

Assim, destacamos a importância da implantação da sétima meta, o Observatório de Permanência e Êxito, que permitiu que realizássemos a análise dos fatores individuais e externos das estudantes mulheres do Proeja IFRS. Ainda que alguns fatores e questões dispostas no questionário do Diagnóstico Discente precisem de aprofundamento e outros desdobramentos, foi possível estabelecer um cenário que desvela a condição social, econômica e educacional dessas mulheres.

Algumas ações realizadas no IFRS vêm dialogando diretamente com as questões expostas nas respostas das estudantes, disponíveis no Observatório. Dentre elas, podemos destacar a preocupação com a articulação entre teoria e prática, bem como entre os cursos e o mundo do trabalho. Muitas são as ações relacionadas ao apoio aos estudantes, como a criação do Programa de Monitoria; Programas de bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão, discussões sobre experiências exitosas com egressos; apoio aos Núcleos de Ações afirmativas, flexibilização dos currículos, dentre outros. Parece ser esse o ponto crucial, o de criar ações que dialoguem diretamente com as necessidades evidenciadas pelas estudantes. Em especial, as estudantes mulheres, conforme analisado acima, apresentam dificuldades e necessidades ligadas diretamente ao seu papel familiar, culturalmente e socialmente estabelecido.

No entanto, o Plano Estratégico evidencia certa fragilidade em relação às estratégias de articulação com outros setores públicos e privados, em especial no sentido de apoiar as estudantes naquelas questões relacionadas às dificuldades evidenciadas como fatores externos.

Ainda, dentre as metas e ações definidas no Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFRS, encontramos uma preocupação pontual com os processos de formação de servidores docentes e técnicos administrativos. Essa parece ser, também, uma questão central para a criação de estratégias que contribuam para a permanência e o êxito dos estudantes, em especial das mulheres. A instituição de espaços que contribua para a reflexão crítica dos servidores sobre as situações concretas que intervêm no desempenho das estudantes mulheres parece ser um caminho profícuo para a construção de novas práticas político-pedagógicas no âmbito do IFRS e, em especial, dos cursos do Proeja.

O que fica evidente na análise do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFRS é que ele institui estratégias para que se supere o quadro de exclusão dos estudantes. No entanto, para que de fato o IFRS possa implementá-lo, é preciso engajamento de todos os *campi* e de todos os atores institucionais. Nesse processo, o monitoramento e avaliação dos números e dos dados relativos aos fatores individuais dos estudantes, dos fatores externos e internos à instituição se constituem centrais para a constante qualificação e redefinição das metas e ações

com vistas à garantia da permanência e do êxito dos estudantes, em especial das estudantes mulheres.

Referências

BONNEWITZ, P. **Primeiras Lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 506/2013** – TCU – Plenário, de 13 de março de 2013. Brasília, DF: 13 de março de 2013. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-1250021/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse. Acesso em: 19 abr. 2022.

CAPELO, Maria Regina C. Diversidade sociocultural na escola e a dialética da exclusão/inclusão. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (org). **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.

DORE, Rosemary; FINI, Roberto; LÜSCHER, Ana Zuleima. Insucesso, fracasso, abandono, evasão...um debate multifacetado. In: CUNHA, Dayse M.; FIDALGO, Fernando S. Rocha; SOUSA JUNIOR, Hormindo P.; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. (Org.) **Formação/Profissionalização de Professores e Formação Profissional e Tecnológica: Fundamentos e reflexões contemporâneas**. Belo Horizonte: PUCMinas, 2013. p. 235-271.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2022.

GIL, Natália de Lacerda. Reprovação e repetência escolar: a configuração de um problema político-educacional. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina 2015. p. 1-15. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/reprovacao-e-repetencia-escolar-configuracao-de-um-problema-politico-educacional>. Acesso em: 19 abr. 2022.

IFRS. Conselho Superior. **Resolução nº 64, de 23 de outubro de 2018**. Aprova o Plano estratégico de permanência e êxito dos estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves, 2018a. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp->

content/uploads/2018/10/Resolucao_064_18_Aprovar_Plano_Estrategico_Completo.pdf.
Acesso em: 10 abr. 2022.

IFRS. Plano estratégico de permanência e êxito dos estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves, 2018b. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Resolucao_064_18_Aprovar_Plano_Estrategico_Completo.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

IFRS. Resolução nº 046, de 21 de agosto de 2018. Altera a Política de Ingresso Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), aprovada pela Resolução nº 053, de 11 de julho de 2017. Bento Gonçalves: IFRS, 2018c. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/Resolucao_046_18_Alterar_PID_Acompanhamento_Completa.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

FERREIRA, Maria José de Resende. Educação profissional técnica e escolarização feminina: entre o silêncio e a interdição. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013, 14p. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382035252_ARQUIVO_EDUCACAOPROFISSIONALTECNICAEEESCOLARIZACAOFEMININA.pdf. Acesso em: 9 abr. 2022.

POLYDORO, S. A. J. O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: concepções de saída e de retorno à instituição. 2000. 175 f. **Tese**. (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000219642&fd=y>. Acesso em: 16 abr. 2022.

RUMBERGER, R. W. Why students drop out of school. In: ORFIED, G. (Org.). **Dropouts in America: Confronting the Graduation Rate Crisis**. Cambridge, MA: Harvard Education Press, 2004, p. 131-155.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 8 abr. 2022

TINTO, Vincent. Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. **Review of educational research**, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975.

Recebido em: 20 de abril de 2022.

Publicado em: 30 de maio de 2022.